



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3834 – pregao@tre-sc.jus.br – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 90040/2024

(PAE n. 7.977/2024)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Assessoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 53, inciso IV, da Resolução TRE-SC n. 8.071, de 7 de março de 2024, atendendo à solicitação da Assessoria de Comunicação Social, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para a contratação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em *streaming*, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e videoaulas, dentre outras demandas.

A proposta deverá ser registrada no Sistema COMPRAS.GOV.BR, por meio do *site* www.gov.br/compras (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **23 de setembro de 2024, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação adotará o critério de julgamento por **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pela Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005 e 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, pelas Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023, e pelo Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário.

I. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Compras.gov.br (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Termo de Referência.

1.1.2. O Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no *site* do TRE-SC, no seguinte endereço:

- www.tre-sc.jus.br (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2024”).

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do *site* www.gov.br/compras, órgão gestor do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos definidos na legislação e neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a declaração de que trata o subitem 2.1.2 seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 9.7 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRE-SC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRE-SC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação, de:

a) pessoa física;

b) empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

g) empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

h) de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução CNJ n. 7/2005); e

i) de empresa que integre consórcio participante do certame.

2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRE-SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos quanto aos termos deste Edital, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional, que será motivada pelo Pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.1.4. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.4. Na etapa de apresentação da proposta, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.1.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

5.1.6. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o

encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do Pregoeiro, nos termos do subitem 7.1.1 deste Edital.

5.1.7. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Compras.gov.br, no campo “preço”: o preço, no VALOR UNITÁRIO para o item cotado.

5.2.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a **ÚNICO** fornecedor, é obrigatória a apresentação de proposta para **TODOS** os itens.

5.2.1.1. O Sistema Compras.gov.br fará, automaticamente, a totalização dos valores das propostas apresentadas para os itens.

5.2.2. Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no subitem 5.1, o licitante poderá, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, parametrizar o seu **valor final mínimo** e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o **valor final mínimo** estabelecido e o intervalo de que trata a alínea “a”.

5.2.2.1. O **valor final mínimo** de que trata a alínea “a” do subitem 5.2.2 poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado **valor superior** a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços, antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada com a Assessoria de Comunicação Social, por meio do telefone (48) 3251-3727 ou pelo e-mail ascom@tre-sc.jus.br.

5.7.1. Caso a empresa proponente opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.

5.7.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo Sistema Eletrônico.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o Item VII, em relação à proposta mais bem classificada.

6.1.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.2. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.2.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO**.

6.2.2.1. A cada lance ofertado, por item, o Sistema Compras.gov.br atualizará, automaticamente, o valor global dos itens.

6.2.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 0,10 (dez centavos)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.4. Observado o subitem 6.2.3, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da IN SEGES/ME n. 73/2022.

6.2.5. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.2.5.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 6.2.5, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.2.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.3. Nos termos do art. 24 da IN SEGES/ME n. 73/2022, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.3.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.3, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.3.2. Após a etapa de que trata o subitem 6.3.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

6.3.3. No procedimento de que trata o subitem 6.3.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.3.4. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.3.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

6.3.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.3.2 e 6.3.4, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

6.4. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

6.6. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e art. 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.6.1. Para fazer jus ao direito de preferência de que trata o subitem 6.6, o somatório dos faturamentos de todos os integrantes de consórcio formado por microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá ultrapassar o limite previsto no art. 3º, II, da Lei Complementar n. 123/2006.

6.6.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o subitem 6.6.

6.6.3. Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios previstos no subitem 6.6, será realizado sorteio em sessão pública, em data e horário que serão estabelecidos pelo Pregoeiro.

6.7. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a **ÚNICO** fornecedor, restará vencedor, na fase de lances, o licitante que ofertar o menor valor global.

VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da IN SEGES/ME n. 73/2022, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.1.1. O Pregoeiro concederá o **prazo máximo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, devidamente adequados ao último lance ofertado ou ao último valor negociado, sob pena de desclassificação.

7.1.1.1. A proposta encaminhada deverá discriminar o valor da taxa de deslocamento, que não poderá exceder àquela estimada para a contratação, conforme ANEXO I, sob pena de desclassificação.

7.1.1.2. A prorrogação de que trata o subitem 7.1.1 poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o subitem 7.1.

7.1.1.3. A proposta deverá contemplar todas as informações complementares necessárias à análise da sua conformidade.

7.1.1.3.1. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

7.1.1.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, estão aqueles que contenham as características e especificações do objeto ofertado, tais como catálogos, folhetos, *folders*, manuais, *datasheets* e outros documentos que permitam aferir a sua conformidade com as exigências contidas no Termo de Referência.

7.1.1.5. Tratando-se de consórcio, o licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta ajustada:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; e

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examinará-a quanto à adequação do objeto.

7.2.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a **ÚNICO** fornecedor, a desclassificação de um item por preço excessivo implicará a desclassificação em todos os demais itens cotados pelo licitante.

7.3. Na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.6.

7.3.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que será anexada aos autos do procedimento de contratação.

7.3.4. Observado o prazo de que trata o subitem 7.1.1, o Pregoeiro solicitará, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

7.4. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.4.1. Considera-se indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado por este Tribunal para esta contratação.

7.4.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 7.4.1, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

7.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 7.5, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.6. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.7. Após a negociação prevista no subitem 7.3 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.

VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência às hipóteses previstas no subitem 2.3 e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou à futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://certidoes.cgu.gov.br/>; e

d) ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992.

8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no Sistema Compras.gov.br.

IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

9.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados pelo licitante vencedor por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

9.1.1.1. Os documentos de que trata o subitem 9.1.1 deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, por meio da opção “**Enviar Anexo**”, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da convocação do Pregoeiro.

9.1.1.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que, por falha do licitante, não foram apresentados no prazo do subitem 9.1.1.1, mas que atestem condição pré-existente à abertura da sessão pública do Pregão, poderão ser encaminhados em formato digital, via sistema, por meio da opção “**Enviar Anexo**”, **uma única vez, no prazo de 1 (uma) hora**, contado da convocação do Pregoeiro.

9.1.1.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do(s) arquivo(s) encaminhado(s).

9.1.1.3. O não envio da documentação a que se refere o subitem 9.1.1, ou o envio em desacordo com o Edital, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.1.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e/ou

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.1.2.1. Os documentos de que trata o subitem 9.1.2 deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, por meio da opção “**Enviar Anexo**”, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da convocação do Pregoeiro.

9.1.2.2. O não envio da documentação a que se refere o subitem 9.1.2, ou o envio em desacordo com o Edital, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.1.3. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

a) à Qualificação Técnica exigida neste Edital; e

b) à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.

9.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.4. A **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista** será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.5. Na análise das condições de habilitação e da validade dos documentos comprobatórios, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Tratando-se de sociedade cooperativa, para fins de habilitação, serão exigidos, ainda, na forma do disposto no subitem 9.1:

a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei n. 5.764, de 1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) o registro previsto no art. 107 da Lei n. 5.764, de 1971;

e) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971; e

g) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

g.1. ata de fundação;

g.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

g.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

g.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

g.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

g.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos do disposto no art. 4º do Decreto n. 8.538/2015.

9.8. A Comissão Permanente de Contratação deste Tribunal poderá, mediante solicitação do Pregoeiro, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

9.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada

mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9. O licitante que não atender às exigências de habilitação previstas neste Edital será **INABILITADO** no certame, devendo o Pregoeiro retornar à fase de julgamento e examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao exigido.

X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

10.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.1.3. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.2.1. A apreciação dos recursos de que trata o subitem 10.1 dar-se-á em fase única.

10.2.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1, importará a decadência desse direito, ficando o Secretário de Administração e Orçamento autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **GLOBALMENTE**, ao licitante declarado vencedor e **HOMOLOGAR** o procedimento.

XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 11.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

11.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 11.1.

11.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 11.3.

11.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

11.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Edital.

11.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

11.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 11.3.

11.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

11.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 11.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

11.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 11.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

11.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.6. As sanções previstas nos subitens 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Edital, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

11.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” e “c” do subitem 11.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 11.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

11.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 11.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

11.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

11.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.5. A sanção estabelecida no subitem 11.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

11.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.1. O recurso de que trata o subitem 11.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 11.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

XII. DA DOTAÇÃO

12.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da

Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto.

12.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. prestar o serviço tanto na cidade de Florianópolis, onde está situado o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, quanto no interior do Estado, responsabilizando-se, em caso de deslocamento dos profissionais, pelo pagamento da Taxa Diária de Deslocamento;

13.2.1. em caso de deslocamento, arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem e eventuais serviços extraordinários dos responsáveis pela prestação do serviço;

13.3. ter condições técnicas de atender aos pedidos de pacotes solicitados pelas áreas demandantes (Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Judiciária e Escola Judiciária Eleitoral) de forma concomitante, se for o caso, disponibilizando os equipamentos e os profissionais necessários;

13.4. instalar e testar os equipamentos fixos para garantir a transmissão ao vivo em *streaming* das sessões plenárias e solenidades no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

13.5. fornecer os links de transmissão dos eventos por *streaming* com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

13.6. efetuar a instalação dos equipamentos com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência do evento ou em 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, a depender da ordem de serviço;

13.7. havendo solicitação, entregar o material em mídia, bem como o respectivo projeto, para a unidade solicitante do TRE-SC (Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC), no horário das 13h às 19h, no prazo de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, a contar do encerramento do evento;

13.8. substituir o produto no prazo, máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da notificação emitida pelo Contratante, caso presente, após a conferência pelo setor solicitante, qualquer defeito ou irregularidade;

13.8.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem 13.8 não interromperá a multa por atraso;

13.9. arcar com as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega, em caso de substituição de produtos;

13.10. executar todos os serviços com os equipamentos apropriados (com as especificações técnicas mínimas descritas nos anexos I do Termo de Referência), cuja instalação não poderá recair sob a equipe técnica residente;

13.11. fornecer equipamentos adequados e modernos, os quais deverão ser atualizados (*upgrade*) no prazo máximo de 2 (dois) anos;

13.12. fornecer todo o material necessário (câmeras, cartões, mídias de DVD, pendrive, HD externo, cabos, conectores, microfones, monitores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de transmissão ao vivo em *streaming*, filmagem, monitoramento e produção, conforme solicitação da unidade demandante;

13.13. disponibilizar profissionais técnicos em número suficiente para garantir a execução do objeto do contrato, atendendo, concomitantemente, se for o caso, às necessidades do TRE-SC;

13.14. Fornecer equipamentos apropriados de alta qualidade à equipe técnica envolvida na prestação dos serviços, a fim de garantir uma produção consistente e de alto nível, sem depender da disponibilidade ou qualidade dos equipamentos da Instituição;

13.15. apresentar profissional, na execução dos serviços, com traje social adequado ao evento a ser coberto;

13.16. quando se tratar de consórcio, promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 7.1.1.4, “a”;

13.17. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

13.18. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

13.19. não ter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

13.20. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

13.21. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

13.22. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

14.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

14.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

14.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a comprovação da manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.5. Se ocorrerem **atrasos de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XV. DO CONTRATO

15.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n. 14.133/2021.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

15.3. Antes de formalizar o contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da vencedora, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, as quais serão juntadas aos autos do respectivo processo.

15.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 15.3.2.

15.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

XVI. DA EXTINÇÃO

16.1. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei n. 14.133/2021.

16.2. Nos casos de extinção, previstos nos incisos I, II e IX art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas “c” ou “d” do subitem 11.2.2, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.2.3 e 11.2.4, quando couber.

XVII. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado (29/07/2024), utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

XVIII. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão coordenados pelo **Gestor da Contratação**, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, com o apoio da Equipe de Fiscalização.

18.1.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato é composta por:

18.1.1. PACOTE 1

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Secretaria Judiciária
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social

Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
-------------------------	--

18.1.2. PACOTE 2

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação (atua isoladamente, conforme a origem da demanda)	Assessoria de Comunicação Social Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

18.1.3. PACOTES 3 E 4

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação (atua isoladamente, conforme a origem da demanda)	Assessoria de Comunicação Social Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

18.1.4. PACOTE 5

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

18.2. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

- a) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes do Termo de Referência; e
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada.

18.3. O acompanhamento de que trata o subitem 18.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste edital.

18.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução do objeto deverão ser sanadas junto à Assessoria de Comunicação Social, pelo telefone (48) 3251-3727.

XIX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.2. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar no contrato e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento do objeto contratado. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

19.3. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

19.4. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

19.5. Todo contato entre o Pregoeiro e os licitantes, durante a Sessão Pública, será realizado por meio de campo próprio para troca de mensagens disponibilizado pelo Sistema Eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

Florianópolis, 3 de setembro de 2024.

Giovanni Turazzi
Assessor de Julgamento de Licitações

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para prestação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em *streaming*, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e videoaulas, dentre outras demandas, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 7.977/2024 (Pregão n. 90040/2024), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, em conformidade com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, e com as Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para prestação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em *streaming*, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e videoaulas, dentre outras demandas, firmado de acordo com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, com as Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023, e com o Pregão n. 90040/2024, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em *streaming*, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e videoaulas, dentre outras demandas, na forma como segue:

1.1.1. **Pacote Básico 1** – transmissão ao vivo (*streaming*) e gravação das sessões plenárias, solenidades e eventos que ocorram na sala de sessões do TRE-SC, composto de (conforme descrição dos equipamentos constantes no Anexo I do Termo de Referência do Edital do Pregão n./2024):

- Câmeras Robóticas (mínimo de 3);
- Controladora de câmeras;
- *Switcher* completa de Alta definição.
- O material gravado deverá ser entregue em meio digital, no formato definido pelo requisitante.
- A transmissão ao vivo será realizada no canal da instituição e deverá acontecer em alta definição.

1.1.1.1. A estrutura de internet será disponibilizada pelo Contratante.

1.1.1.2. Todo o equipamento, cabeamento e manutenção será de responsabilidade do contratado. Toda a estrutura será instalada de forma fixa até o encerramento do contrato.

1.1.1.3. O Contratante disponibiliza o espaço de trabalho (sala de controle de áudio e vídeo), a instalação das TVs/monitores e a rede para *streaming*.

1.1.2. **Pacote Básico 2** – transmissão ao vivo (*streaming*) e gravação de solenidades e eventos, composto de (descrição dos equipamentos constantes no Anexo I do Termo de Referência do Edital do Pregão n./2024):

- Câmeras Robóticas (mínimo de 3);
- Controladora de câmeras;
- *Switcher* completa de Alta definição.
- O material gravado deverá ser entregue em meio digital, no formato definido pelo requisitante.
- A transmissão ao vivo será realizada no canal da instituição e deverá acontecer em alta definição, assim como em telões ou Monitores que necessitem o sinal programa out da ilha de edição.

1.1.2.1. Todo o equipamento, cabeamento e manutenção será de responsabilidade do contratado. Toda a estrutura será instalada de forma fixa até o encerramento do contrato. Toda a estrutura será instalada e testada até 2 (duas) horas antes do evento.

1.1.3. **Pacote Básico 3** – gravação em áudio e vídeo para produção de vídeos jornalísticos, institucionais e videoaulas, composto de (descrição dos equipamentos constantes no Anexo I do Termo de Referência do Edital do Pregão n./2024):

- Câmaras (mínimo 2);
- Microfones
- Tripés profissionais, com cabeça fluída;
- Iluminação;
- Teleprompter, se necessário;

1.1.4. **Pacote Básico 4** – edição em áudio e vídeo para produção de vídeos institucionais, jornalísticos e videoaulas, com eventual inserção de efeitos, com a utilização de *softwares* descritos (vide subcláusula 1.1.13.2).

1.1.5. **Pacote Básico 5** – gravação externa em áudio e vídeo para produção de vídeos jornalísticos e institucionais, composto de Equipamentos de drone profissional c/ gravação com câmera Full HD e Grua até 07 metros com controlador de câmera;

1.1.6. Os **pacotes 1, 2 e 3**, poderão ser acrescidos de mais câmeras com cinegrafistas e profissionais, conforme a necessidade da unidade solicitante (SJ, EJESC, ASCOM e SGP).

1.1.7. Os **pacotes 1, 2, 3, 4 e 5**, poderão ocorrer, de forma concomitante, conforme a necessidade das unidades solicitantes (SJ, EJESC e ASCOM e SGP).

1.1.8. **Deslocamento (ASCOM):** DESLOCAMENTO, SOMENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA, para realização dos Pacotes Básicos 1 a 5, incluindo despesas com alimentação, hospedagem e todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado.

1.1.9. Especificações técnicas dos equipamentos necessários:

a) Câmeras de alta resolução: Serão necessárias câmeras profissionais de alta resolução capazes de captar imagens nítidas e de alta qualidade. Esses equipamentos oferecem recursos avançados, como resolução de imagem superior, ajustes manuais, controle de foco e estabilização de imagem. Isso possibilita a captura de imagens nítidas e detalhadas, essenciais para uma produção audiovisual de qualidade

b) Lentes adequadas: Deverão ser disponibilizadas lentes profissionais de diferentes distâncias focais para atender às necessidades específicas de cada evento. Outro aspecto importante das dessas lentes é a possibilidade de ajustes manuais precisos, como o controle do foco, da abertura do diafragma e do zoom, proporcionando ao profissional um maior controle criativo sobre a imagem final.

c) Microfones de qualidade: Será necessário o uso de microfones de lapela, microfones direcionais e outros tipos adequados para a captação de áudio limpo e claro. A captação de áudio é um aspecto crucial em

qualquer produção audiovisual. O uso de microfones de alta qualidade, como microfones de lapela, *shotgun* ou de estúdio, garante uma reprodução clara e precisa do som ambiente, diálogos e outros elementos sonoros. Este item não se aplica às sessões plenárias onde o áudio é disponibilizado e operado pelo TRE-SC.

d) Equipamentos de iluminação: Caso as condições de iluminação não sejam ideais, serão necessários equipamentos de iluminação para garantir uma iluminação adequada durante as filmagens e transmissões. A iluminação é essencial para criar a atmosfera desejada em uma produção audiovisual. A utilização de equipamentos de iluminação profissionais, como refletores, *softboxes* e luzes de LED, permite controlar a intensidade, direção e temperatura de cor da luz, proporcionando uma iluminação adequada e profissional.

e) Equipamentos de transmissão: Será preciso contar com equipamentos de transmissão ao vivo em *streaming*, como codificadores, *switcher* de produção, servidores de *streaming*, entre outros, para transmitir os eventos e sessões em tempo real e, considerando que a tecnologia no campo audiovisual está em constante evolução, resultando em melhorias significativas na qualidade de imagem, som, estabilização e outros aspectos técnicos, para fornecer um serviço de alta qualidade, a contratada precisa garantir que seus equipamentos estejam atualizados e alinhados com os padrões mais recentes da indústria. Portanto, espera-se que os equipamentos aqui listados passem por upgrade a cada 2 (dois) anos, no máximo.

1.1.10. Especificações dos materiais necessários:

a) Mídias de armazenamento: Serão necessárias mídias de armazenamento, como cartões de memória e discos rígidos externos, para o armazenamento seguro e organizado das imagens e áudios capturados durante a realização dos trabalhos.

b) Acessórios e suportes: Além dos equipamentos principais, a equipe técnica pode se beneficiar de acessórios como *teleprompts*, tripés, *sliders*, passadores de *sliders*, estabilizadores e suportes para câmera. Esses dispositivos auxiliares proporcionam estabilidade, movimentos suaves e enquadramentos precisos durante as filmagens, contribuindo para a qualidade visual da produção e do evento.

c) *Softwares*: A Contratada deverá possuir licenças dos *softwares* de edição de imagem e áudio adequados para realizar o trabalho de edição de forma profissional. Ademais, deverá apresentar habilitação para plataforma de transmissão ao vivo, cuja codificação e distribuição poderá ser feita através de *softwares* ou dispositivos específicos (vide especificações técnicas do anexo I).

d) Captura de ângulos diferentes (sistema multicâmera): Em especial na transmissão ao vivo das sessões plenária, e eventualmente em outros eventos, será demandado da Contratada a utilização de sistema multicâmera. Isso permite a captação simultânea de múltiplos ângulos de uma mesma cena e proporciona maior dinamismo e variedade visual nas produções audiovisuais, permitindo a criação de uma narrativa mais envolvente e cativante, além de oferecer maior flexibilidade na pós-produção. Cabe registrar que o *switcher* de vídeo é o coração do sistema multicâmera, pois é o responsável por receber os sinais de vídeo das diferentes câmeras e alternar entre eles em tempo real (vide especificações do anexo I).

1.1.11. Tendo em vista que os equipamentos para a realização dos trabalhos serão de propriedade da contratada, a prestadora dos serviços deverá responsabilizar-se pela sua manutenção, bem como pelo treinamento e qualificação da equipe responsável pela operação dos equipamentos que disponibilizará para a realização das atividades.

1.1.12. Atividades de competência da equipe técnica:

1.1.12.1. Objetivando a transmissão ao vivo em *streaming* das sessões plenárias e solenidades que se realizam no TRE-SC, a Contratada deverá disponibilizar permanentemente os equipamentos listados no projeto de audiovisual constante do Anexo I do Termo de Referência do Edital do Pregão n./2024, responsabilizando-se pela sua instalação, manutenção e atualização do parque tecnológico, no máximo a cada 2 (dois) anos.

1.1.12.2. Também caberá à Contratada a operacionalização dos equipamentos instalados com finalidade de transmissão ao vivo em *streaming* das sessões plenárias e solenidades do TRE-SC, sejam eles da Contratada ou da Instituição, competindo-lhe o treinamento e a qualificação da equipe responsável pela sua operação e suporte técnico.

1.1.12.3. Os equipamentos de áudio das sessões plenárias são de responsabilidade e operados pelo Contratante

1.1.12.4. A Contratada poderá instalar, às suas expensas, outros equipamentos que entender necessários para a adequada prestação do serviço.

1.1.13. Requisitos da contratação

1.1.13.1. Captação de imagem e áudio:

a) Qualidade de imagem:

- **Resolução:** A resolução mínima desejada para a transmissão ou gravação de imagens é Full HD (1920x1080 *pixels*), ou resoluções mais altas, como 4K (3840x2160 *pixels*) ou superiores, dependendo das necessidades e requisitos específicos da unidade demandante;
- **Nitidez e detalhes:** A qualidade da imagem também está relacionada à nitidez e à capacidade de capturar detalhes. Por isso, é importante garantir que os equipamentos utilizados pela Contratada, como câmeras e lentes, sejam capazes de fornecer uma imagem clara e nítida, que permita visualizar os detalhes importantes da cena.
- **Cores e contraste:** A qualidade de imagem também abrange a reprodução precisa das cores e o contraste adequado. É desejável que os serviços audiovisuais sejam capazes de reproduzir cores vivas e realistas, com bom contraste entre áreas claras e escuras da imagem.
- **Estabilidade e ausência de artefatos:** A qualidade de imagem também está relacionada à estabilidade da imagem e à ausência de artefatos indesejados, como tremores, distorções, ruídos visuais, flicker ou manchas. É importante que os serviços audiovisuais prestados garantam uma imagem estável e livre de problemas técnicos que possam comprometer a visualização adequada.
- **Taxa de quadros (*frame rate*):** A taxa de quadros por segundo (fps) influencia a fluidez da imagem em movimento. Dito isto, especifica-se na contratação uma taxa de quadros mínima de 30fps (comumente usada em transmissões de televisão e vídeos on-line). Todavia, a depender do projeto, poderão ser demandados 60fps ou superiores, para garantir uma reprodução suave e sem arrastos durante a transmissão ou gravação de eventos em movimento.
- **Codec de vídeo:** Pode-se especificar o codec de vídeo a ser usado, como H.264, H.265 (HEVC) ou VP9. Cada codec tem suas características e eficiência de compressão, o que pode afetar a qualidade do vídeo e a taxa de transferência. Portanto, à Contratada caberá a análise da oportunidade e conveniência de sua aplicação, dependendo de cada projeto.
- **Formato de imagem:** Dependendo das necessidades e do uso pretendido das imagens, é possível que sejam exigidos na prestação dos serviços formatos específicos, como MP4, AVI, MOV ou outros formatos compatíveis com os requisitos técnicos da plataforma de transmissão ou reprodução.

b) Qualidade de áudio:

O áudio deve ser claro e compreensível, sem distorções, ruídos indesejados ou problemas técnicos que afetem a inteligibilidade do som. A qualidade do som deve permitir que os usuários finais ouçam e entendam claramente os diálogos, discursos ou outros elementos sonoros relevantes. Para isso, algumas práticas e padrões podem ser adotados, como:

- **Qualidade de captação:** Os equipamentos de captação de áudio, como microfones e gravadores da contratada devem ser de alta qualidade e adequados para a finalidade específica da produção audiovisual.
- **Microfones:** A escolha dos microfones adequados para cada situação, como microfones de lapela, microfones direcionais ou microfones de estúdio, é essencial para obter uma boa qualidade de áudio, que é o que se espera da contratação (vide especificações técnicas de microfones disponíveis no item 2.1 do anexo I).
- **Monitoramento e ajuste de níveis de áudio:** Durante a captação, é crucial monitorar e ajustar os níveis de áudio para evitar ruídos, distorções ou gravações muito baixas. Os níveis devem ser controlados pela contratada, garantindo que o áudio esteja dentro de uma faixa adequada e evitando picos ou cortes (vide especificações técnicas de equipamentos de áudio disponíveis no item 3 do anexo I).
- **Utilização de sistemas de gravação de alta qualidade:** Equipamentos de gravação de áudio de alta qualidade devem ser utilizados para garantir uma captura precisa e sem perdas. Isso inclui gravadores de áudio de alta resolução e com bons conversores analógico-digital (vide especificações técnicas de gravadores e conversores disponíveis nos itens 3.1 e 3.2 do anexo I).
- **Equilíbrio e mixagem adequada:** O equilíbrio entre diferentes elementos sonoros, como vozes, música de fundo, efeitos sonoros e trilhas sonoras, deve ser ajustado adequadamente. A mixagem de áudio deve ser feita de forma apropriada, garantindo que nenhum elemento seja muito alto ou muito baixo, e que

todos os componentes sonoros estejam bem equilibrados. Ademais, espera-se da Contratada a utilização de conexão *Firewire* para transmitir o sinal digital do *main output* do *mixer*, possibilitando capturar e processar o áudio e o vídeo em um formato digital direto, facilitando a gravação, a edição e a produção de conteúdo de alta qualidade (vide especificações técnicas no item 3.3 do anexo I).

- Pós-produção e tratamento de áudio: Após a captação, é importante realizar uma pós-produção de áudio adequada, que envolve limpeza de ruídos indesejados, equalização, ajuste de volume e mixagem adequada dos diferentes canais de áudio. O uso de *software* de edição de áudio profissional pode ajudar a aprimorar a qualidade do áudio. É importante que os técnicos de áudio e vídeo tenham experiência e habilidades nessas áreas.

- Formato de áudio: Dependendo das necessidades e do uso pretendido do áudio pela unidade demandante, é possível especificar um formato de áudio desejado a ser entregue pela Contratada, como WAV, MP3, AAC ou outros formatos compatíveis com os requisitos técnicos da plataforma de reprodução ou distribuição.

c) Estabilização de imagem:

- Estabilização óptica: A estabilização óptica é um recurso presente em alguns equipamentos, como câmeras e lentes, que ajuda a reduzir as vibrações e os movimentos indesejados durante a gravação. Exige-se a utilização de equipamentos apropriados pela Contratada a fim de se obter uma estabilização mais suave da imagem.

- Estabilização eletrônica: Além da estabilização óptica, alguns equipamentos e *softwares* oferecem recursos de estabilização eletrônica. Essa tecnologia utiliza sensores e algoritmos para corrigir os movimentos indesejados da câmera durante a gravação. Dito isto, espera-se dessa prestação de serviços a utilização, quando necessário, de equipamentos ou *softwares* com recursos de estabilização eletrônica para obtenção de uma imagem mais estável.

- Uso de dispositivos de estabilização: Em algumas situações, pode ser necessário ainda o uso de dispositivos externos de estabilização, como *gimbals* ou *steadicams*. Esses equipamentos ajudam a manter a câmera estável, mesmo em movimentos mais complexos, como caminhadas ou movimentos de seguimento. Portanto, espera-se o uso desses dispositivos quando a estabilização de imagem for especialmente importante para o projeto.

- Técnicas de filmagem adequadas: Além do uso de equipamentos e tecnologias de estabilização, a habilidade e a técnica do operador de câmera também são fundamentais para obter uma imagem estável. Espera-se que a equipe responsável pela produção audiovisual tenha experiência e expertise em técnicas de filmagem que garantam a estabilização adequada da imagem.

- Pós-produção e correção de estabilidade: Em casos em que a estabilização não tenha sido totalmente alcançada durante a gravação, é justificável a utilização de técnicas de pós-produção para corrigir ou aprimorar a estabilidade da imagem. Espera-se que a equipe técnica contratada tenha habilidades e conhecimentos em pós-produção para realizar ajustes de estabilização, se necessário.

1.1.13.2. Edição de imagem e áudio:

a) *Software* de edição:

- Licença e versão atualizada: A contratada deve utilizar *softwares* de edição licenciados e legalmente adquiridos. Além disso, é recomendável que se utilizem as versões mais recentes dos *softwares*, pois elas costumam ter recursos aprimorados e correções de *bugs*.

- *Softwares*: Apesar de existirem *softwares* populares e amplamente reconhecidos na indústria de produção audiovisual, a fim de garantir a compatibilidade de projetos realizados pelas equipes que compõe a ASCOM, recomenda-se a utilização de *softwares* que fazem parte do pacote Adobe, como Lightroom, Photoshop, Premiere Pro, After effects, Audition, Illustrator e, em especial, Adobe Stock, pois devem ser levadas em consideração suas funcionalidades e sua compatibilidade com os demais sistemas do TRE-SC. Ademais, necessário que a Contratada disponha de licença de uso de *software* de vídeos, animações, imagens e componentes padrão como, por exemplo, Envato.

- Compatibilidade e interoperabilidade: É importante verificar se os *softwares* a serem utilizados pela contratada são compatíveis com os formatos de arquivo utilizados no projeto e esperados pela unidade demandante. Isso inclui formatos de vídeo, áudio e imagens, bem como codecs específicos. Além disso, é interessante que a contratada esteja atenta para garantir a interoperabilidade com outros *softwares* e fluxos de trabalho utilizados no projeto, conforme necessidade da Instituição.

- **Experiência e habilidades com o *software*:** É necessário que a equipe responsável pela produção audiovisual tenha experiência e habilidades com o *software* de edição especificado. Isso pode incluir certificações, treinamentos ou comprovação de trabalhos anteriores realizados com sucesso utilizando o *software* em questão.

- **Operação de *switch master* em ilha de edição:** A fim de garantir otimização na produção final da imagem, espera-se que a Contratada seja capaz de efetuar operação de *switch master* em ilha de edição, permitindo ao editor selecionar e alternar entre as diferentes fontes de vídeo durante o processo de edição, colaborando para a criação de uma sequência de vídeo coesa e de uma produção final de qualidade.

- **Acesso a *plugins* e ferramentas complementares:** Dependendo das necessidades do projeto, pode ser necessário que a prestadora de serviços possua acesso a *plugins* e ferramentas complementares que possam aprimorar o processo de edição e oferecer recursos adicionais, como efeitos especiais, correção de cor avançada, trilhas sonoras, entre outros.

- **Backup e segurança dos arquivos:** É importante que a Contratada tome medidas adequadas de backup e segurança dos arquivos de projeto. Isso inclui a adoção de práticas de armazenamento seguro, cópias de segurança periódicas e procedimentos para evitar a perda de dados durante o processo de edição.

b) Tempo de entrega:

- **Prazo estipulado:** O prazo específico para a entrega de qualquer projeto será definido na ordem de serviço (vide modelo do anexo II), encaminhada pela unidade demandante. Seu cumprimento é fundamental. Nele podem constar uma data de conclusão final ou prazos intermediários para etapas específicas do processo, como edição, revisão e finalização. O prazo deve ser acordado entre as partes e estar alinhado com as necessidades e complexidade do projeto.

- **Comunicação regular:** A fim de garantir que o projeto siga um cronograma acordado, o TRE-SC zelará por estabelecer uma comunicação clara e regular com a Contratada. De qualquer sorte, qualquer das partes fica autorizada a exigir atualizações periódicas sobre o progresso, prazos cumpridos e eventuais atrasos, bem como ações corretivas planejadas para manter o projeto no caminho certo.

1.1.13.3. **Transmissão ao vivo em *streaming*:**

a) Qualidade de transmissão:

- **Resolução de vídeo:** O Contratante poderá exigir resolução de vídeo para a transmissão ao vivo, desde 1080p (Full HD) até 4K ou superior, dependendo das necessidades e objetivos da unidade demandante.

- **Taxa de *bits* (*bitrate*):** A taxa de *bits* é um fator importante na qualidade da transmissão de vídeo em *streaming*. Uma taxa de *bits* mais alta permite uma representação mais precisa de elementos visuais complexos, como texturas, movimentos rápidos, cores sutis e contrastes. No entanto, uma taxa de bits mais alta também resulta em um fluxo de dados maior, exigindo uma largura de banda de internet mais rápida para uma transmissão suave e sem interrupções. Portanto, é relevante que a prestadora de serviços se adeque a fim de encontrar um equilíbrio entre a taxa de bits e a largura de banda disponível no TRE-SC, para garantir uma experiência de *streaming* adequada e sem interrupções.

- **Estabilidade e fluidez da transmissão:** É importante que a transmissão ao vivo seja estável e fluida, sem interrupções ou atrasos significativos. Espera-se que a contratada tome medidas adequadas para garantir uma conexão estável e um servidor de *streaming* confiável, evitando problemas como *buffering* excessivo ou quedas de conexão.

- **Qualidade do áudio:** Além da qualidade de vídeo, a qualidade do áudio é fundamental na transmissão ao vivo. Por isso, espera-se um áudio claro, livre de ruídos e com boa mixagem para garantir uma experiência auditiva agradável para os espectadores. O uso de microfones de qualidade e a expertise em mixagem de áudio são aspectos importantes nesse sentido e ansiados pelo contratante. Este item não se aplica ao áudio das Sessões Plenárias que é disponibilizado e operado pelo TRE.

- **Capacidade de adaptação à largura de banda:** Em transmissões ao vivo, é importante que o serviço seja capaz de se adaptar à largura de banda disponível para os espectadores. Isso permite que a qualidade da transmissão seja ajustada automaticamente de acordo com a conexão de internet dos espectadores, garantindo uma experiência suave mesmo em condições de largura de banda variável.

- **Suporte para múltiplas plataformas:** Exige-se que a contratada tenha a capacidade de transmitir em diferentes plataformas de *streaming*, como YouTube, Facebook, Vimeo, entre outras, conforme demanda do

TRE-SC. Isso permite que o evento alcance um público mais amplo e seja acessível em diferentes dispositivos.

1.1.13.4. Armazenamento do conteúdo produzido:

- **Mídia de armazenamento:** Dependerá de mútuo acordo entre a unidade demandante e a contratada a opção pelo tipo de mídia de armazenamento que se deseja para os arquivos de vídeo e de áudio (como discos rígidos externos, cartões de memória, *pen drives* ou serviços de armazenamento em nuvem). Isso pode depender das necessidades de capacidade de armazenamento, portabilidade e backup dos arquivos.

- **Organização e estrutura de arquivos:** Ficará a cargo da contratada estabelecer requisitos em relação à organização e estrutura dos arquivos, como a criação de pastas ou diretórios específicos, nomeação padronizada dos arquivos e metadados incluídos nos arquivos para facilitar sua identificação e o seu gerenciamento.

- **Entrega e formatos de entrega:** Dependerá de mútuo consentimento a definição dos métodos de entrega dos arquivos, como envio por meio físico (correio) ou transferência on-line por meio de serviços de compartilhamento de arquivos. Além disso, registra-se que na formalização do pedido (ordem de serviço) a unidade demandante especificará os formatos de entrega desejados, como arquivos individuais ou pacotes consolidados

1.1.13.5. Demais considerações importantes:

a) Tendo em vista que os equipamentos para a realização dos trabalhos serão de propriedade da Contratada, a prestadora dos serviços deverá responsabilizar-se pela sua instalação, manutenção e atualização, bem como pelo treinamento e qualificação da equipe responsável pela sua operação.

b) A equipe técnica deve operacionalizar tanto os equipamentos da Contratada quanto os equipamentos eventualmente disponíveis no TRE-SC. Ao estar apta a operar todos os equipamentos à disposição, a equipe pode identificar e resolver problemas, realizar ajustes e garantir que todos os equipamentos estejam em pleno funcionamento durante as produções. Isso contribui para a qualidade geral do serviço e evita interrupções ou falhas técnicas.

c) A Contratada deve garantir suporte técnico e assistência aos equipamentos disponibilizados full time, em especial no período eleitoral. Ao contar com um suporte técnico para resolução de problemas, é possível reduzir o tempo de paralisação causado por falhas e minimizar os custos decorrentes dessas interrupções. Uma equipe eficiente pode solucionar problemas rapidamente, permitindo que a produção prossiga sem atrasos significativos.

d) A prestadora de serviços deve dispor de licenças de *softwares* (sugere-se os constantes do pacote Adobe, como Lightroom, Photoshop, Premiere Pro, After effects, Audition, Illustrator e, em especial, Adobe Stock), a fim de garantir a compatibilidade de projetos realizados pelas equipes que trabalham na produção audiovisual, pois devem ser levadas em consideração suas funcionalidades e sua compatibilidade com os demais projetos e sistemas do TRE-SC

e) Os equipamentos disponibilizados pela Contratada deverão passar por upgrade a cada 2 (dois) anos, no máximo.

f) Em especial no período eleitoral, haverá a necessidade de realização de eventos simultâneos, seja em locais diferentes ou no mesmo local. Portanto, a Contratada deve estar apta a atender a demandas específicas de cada um, garantindo que todos os eventos tenham acesso aos recursos audiovisuais necessários à sua realização;

g) Quaisquer das unidades da Instituição aqui arroladas (ASCOM, SGP, SJ ou EJESC) poderão demandar pacotes adicionais cabendo a cada uma delas a fiscalização e o acompanhamento da execução dos respectivos serviços;

h) Quaisquer das unidades demandantes poderão solicitar pacotes adicionais, cabendo a cada uma delas a fiscalização e o acompanhamento da execução dos respectivos serviços.

i) Demais ferramentas e materiais necessários à realização dos serviços serão de responsabilidade da Contratada, tal como cabeamentos, estruturas de aço etc.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 90040/2024, de ____/____/____, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela

Contratada em ____/____/____, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na subcláusula 1.1, os seguintes valores:

- 2.1.1. o valor de R\$ _____ (_____) por hora, relativamente ao Pacote Básico 1;
- 2.1.2. o valor de R\$ _____ (_____) por hora, relativamente ao Pacote Básico 2;
- 2.1.3. o valor de R\$ _____ (_____) por hora, relativamente ao Pacote Básico 3;
- 2.1.4. o valor de R\$ _____ (_____) por hora, relativamente ao Pacote Básico 4;
- 2.1.5. o valor de R\$ _____ (_____) por hora, relativamente ao Pacote Básico 5;
- 2.1.6. o valor de R\$ _____ (_____), por hora, relativamente à câmera adicional com cinegrafista;
- e
- 2.1.7. Pela taxa diária de deslocamento, o valor de R\$ _____ (_____) por diária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se os valores estabelecidos na Cláusula Segunda e as seguintes quantidades, resultantes da média aritmética das quantidades mensais em anos eleitorais e não eleitorais:

Subcláusula	Descrição	Quantidade estimada
2.1.1	Pacote básico 1	384 horas
2.1.2	Pacote básico 2	60 horas
2.1.3	Pacote básico 3	384 horas
2.1.4	Pacote básico 4	384 horas
2.1.5	Pacote básico 5	12 horas
2.1.6	Câmera adicional com cinegrafista	96 horas
2.1.7	Taxa diária de deslocamento	12 diárias

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

4.1.1. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da Contratada, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, as quais serão juntadas aos autos do respectivo processo.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

6.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a comprovação da manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Se ocorrerem **atrasos de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2024NE000_____, em ____/____/____, no valor de R\$ _____ (_____).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O Contratante se obriga a:

9.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Sexta deste Contrato;

9.1.2. promover, por meio do **Gestor da Contratação**, o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, com o apoio da Equipe de Fiscalização.

9.1.2.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato é composta por:

9.1.2.1.1. PACOTE 1

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Secretaria Judiciária
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

9.1.2.1.2. PACOTE 2

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação (atua isoladamente, conforme a origem da demanda)	Assessoria de Comunicação Social Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

9.1.2.1.3. PACOTES 3 E 4

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação (atua isoladamente, conforme a origem da demanda)	Assessoria de Comunicação Social Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

9.1.2.1.4. PACOTE 5

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

9.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 6.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Termo de Referência do Edital do Pregão n. 90040/2024 e em sua proposta, e, ainda:

10.2. prestar o serviço tanto na cidade de Florianópolis, onde está situado o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, quanto no interior do Estado, responsabilizando-se, em caso de deslocamento dos profissionais, pelo pagamento da Taxa Diária de Deslocamento;

10.2.1. em caso de deslocamento, arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem e eventuais serviços extraordinários dos responsáveis pela prestação do serviço;

10.3. ter condições técnicas de atender aos pedidos de pacotes solicitados pelas áreas demandantes (Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Judiciária e Escola Judiciária Eleitoral) de forma concomitante, se for o caso, disponibilizando os equipamentos e os profissionais necessários;

10.4. instalar e testar os equipamentos fixos para garantir a transmissão ao vivo em *streaming* das sessões plenárias e solenidades no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

10.5. fornecer os links de transmissão dos eventos por *streaming* com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

10.6. efetuar a instalação dos equipamentos com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência do evento ou em 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, a depender da ordem de serviço;

10.7. havendo solicitação, entregar o material em mídia, bem como o respectivo projeto, para a unidade solicitante do TRE-SC (Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC), no horário das 13h às 19h, no prazo de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, a contar do encerramento do evento;

10.8. substituir o produto no prazo, máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da notificação emitida pelo Contratante, caso presente, após a conferência pelo setor solicitante, qualquer defeito ou irregularidade;

10.8.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos de que trata a subcláusula 10.8 não interromperá a multa por atraso;

10.9. arcar com as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega, em caso de substituição de produtos;

10.10. executar todos os serviços com os equipamentos apropriados (com as especificações técnicas mínimas descritas nos anexos I do Termo de Referência), cuja instalação não poderá recair sob a equipe técnica residente;

10.11. fornecer equipamentos adequados e modernos, os quais deverão ser atualizados (*upgrade*) no prazo máximo de 2 (dois) anos;

10.12. fornecer todo o material necessário (câmeras, cartões, mídias de DVD, pendrive, HD externo, cabos, conectores, microfones, monitores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de transmissão ao vivo em *streaming*, filmagem, monitoramento e produção, conforme solicitação da unidade demandante;

10.13. disponibilizar profissionais técnicos em número suficiente para garantir a execução do objeto do contrato, atendendo, concomitantemente, se for o caso, às necessidades do TRE-SC;

10.14. Fornecer equipamentos apropriados de alta qualidade à equipe técnica envolvida na prestação dos serviços, a fim de garantir uma produção consistente e de alto nível, sem depender da disponibilidade ou qualidade dos equipamentos da Instituição;

10.15. apresentar profissional, na execução dos serviços, com traje social adequado ao evento a ser coberto;

10.16. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.17. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.18. não ter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.19. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.20. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC; e

10.21. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 90040/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas na subcláusula 11.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

11.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” da subcláusula 11.1.

11.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto na subcláusula 11.3.

11.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor

estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

11.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Edital.

11.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

11.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto na subcláusula 11.3.

11.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

11.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas na subcláusula 11.1, "b" a "e", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês; e

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

11.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas na subcláusula 11.1, "f" a "j", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

11.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.6. As sanções previstas nas subcláusulas 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Contrato, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

11.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” da subcláusula 11.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas na subcláusula 11.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

11.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2.9. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” da subcláusula 11.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

11.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

11.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.5. A sanção estabelecida na subcláusula 11.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

11.6. Da aplicação das sanções previstas nas subcláusulas 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.1. O recurso de que trata a subcláusula 11.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Da aplicação da sanção prevista na subcláusula 11.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei n. 14.133/2021.

12.2. Nos casos de extinção, previstos nos incisos I, II e IX art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas “c” ou “d” da subcláusula 11.2.2, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.2.3 e 11.2.4, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado (29/07/2024), utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. É vedada às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

14.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

14.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

14.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo previsto pela Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

16.2. São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os seguintes direitos:

a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto contratado, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRE-SC distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e

b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente desta contratação, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do TRE-SC, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

PREGÃO N. 90040/2024

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Pacote Básico 1	32	Hora	283,25	9.064,00
2	Pacote Básico 2	5	Hora	307,14	1.535,70
3	Pacote Básico 3	32	Hora	214,34	6.858,88
4	Pacote Básico 4	32	Hora	103,02	3.296,64
5	Pacote Básico 5	1	Hora	96,30	96,30
6	Câmera adicional com cinegrafista	8	Hora	136,96	1.095,68

Valor estimado da taxa diária de deslocamento (item 7.1.1.1)	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	1	Unidade	318,21	318,21

Observação: (1) Estimativa mensal; e (2) demais especificações conforme Termo de Referência.